

# apreciações acerca do tráfico interno de escravos no oeste da província de são paulo (rio claro, 1861-1869)\*

## internal slave trade in the west of são paulo (rio claro, 1861-1869)

*Cantagalo é um inferno, / Onde negro vai pena, / Não me venda meu sinhô, / Não me venda para lá.  
Catarina minha negra, / Teu senhor quer te vender, / Para o Rio de Janeiro, / Para nunca mais te ver.*

Coletado por Afonso d'E. Taunay, que ouviu estes versos de D. Beatriz Taques Horta.

**Gabriel A. A. Rossini\*\***

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

### RESUMO

Este artigo aborda aspectos da dinâmica do comércio interno de escravos ao longo dos anos que perpassam o intervalo 1861-1869. Empreendemos esta investigação a partir da análise de 320 Escrituras que registraram a compra-venda de 575 cativos, em Rio Claro, município pertencente ao oeste da província de São Paulo, que naquele período vivenciou os momentos iniciais da expansão 'leste-oeste' dos cafeeiros na chamada zona paulista. Com base no referido núcleo documental, realizamos apreciações econômicas e demográficas dos indivíduos que sofreram o fado das diferentes modalidades desse comércio. Além da introdução e das considerações finais, o texto é formado por outras quatro partes, quais sejam: no segundo e terceiro itens discutimos, respectivamente, o recorte espacial e temporal; em seguida, abordamos as fontes primárias que tivemos acesso nos

### ABSTRACT

This article focuses on the dynamics of the internal slave trade over the years that pass through the interval 1861-1869. We undertook this investigation from the analysis of 320 Scriptures that recorded the purchase-sale of 575 slaves in Rio Claro, a municipality belonging to the western province of São Paulo, at that period, experienced the early stages of expansion 'east-west' of coffee trees in the area called Paulista. Based on this core document, perform economic and demographic assessments of individuals who suffered the misfortune of the different forms of trade. Besides the introduction and final consideration, the text is formed by four other parties, namely: the second and third items discuss, respectively, the spatial and temporal clipping, then approach the primary sources that had access to the notarial archives of the city under consider-

---

\* Submetido: 9 de dezembro de 2012; aceito: 18 de junho de 2013.

\*\* Professor do Departamento de Economia da PUC-SP. Email: gaarossini@gmail.com

arquivos cartoriais da cidade em apreço; por fim, tratamos, mais detidamente, das diferentes informações constantes nessas Escrituras.

**Palavras-chave:** Escravo. Tráfico. Cafeicultura. São Paulo. Mão de obra.

ation, and finally treat, in more detail, the different information contained in these Scriptures.

**Keywords:** Slave. Trade. Coffee Culture. São Paulo. Workers.

## Introdução

A produção de café no Brasil firma-se já nos anos vinte do século XIX. Contudo, é a partir do final da década de 1860 e, sobretudo, durante a de 1880, quando a produção média ultrapassa os 5 milhões de sacas por ano, que o café se torna o centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil (SILVA, 1986: 43).

Inicialmente, as plantações de café estenderam-se pelo vale do Paraíba fluminense e paulista. Assim sendo, ocuparam a porção ocidental da província do Rio de Janeiro e, em seguida, o chamado norte paulista. Continuando a sua marcha ascendente, fundada na incorporação de amplos espaços, houve expansão dos cafezais na província de Minas Gerais (zona da mata e sul do Estado) e Espírito Santo, ao mesmo tempo em que a produção se consolidou no interior de São Paulo. Nos anos iniciais da década de 1860, os cafezais avançaram pela Mantiqueira paulista (Mococa, Pardo, Atibaia e Bragança Paulista) e estabeleceram contato com os arbustos que vinham do sul de Minas Gerais (PRADO JR, 2006; COSTA, 1998; FURTADO, 1972)<sup>1</sup>. Os últimos vinte anos do Império marcaram, por um lado, a crise da cafeicultura em toda a extensão do vale do Paraíba – em virtude do empobrecimento do solo e da queda da produtividade, consequência de uma exploração descuidada e extensiva, os cafezais se tornaram decadentes; temos aí: “rendimentos

---

<sup>1</sup> Com o espraio do café pelo chamado norte paulista, a província empenhada, até então, em plantações de cana de açúcar pouco competitivas em relação às do nordeste, passou a vivenciar novos tempos. Tal como observado pela professora Alice Canabrava: “temos na atividade açucareira a formação histórica que marcou e condicionou o início das plantações cafeeiras. A economia cafeeira não apenas se apropriou das características estruturais e de funcionamento herdadas da açucareira assim como a superou. Pode-se dizer que a transição da cultura da cana para a do café, iniciada nos anos 1830, consolidou-se nas décadas de 1850 e 1860”. CANABRAVA, 1967; João Manuel Cardoso de Mello enfatiza que: “Inúmeras fazendas de café foram organizadas com capitais transferidos diretamente do setor mercantil (comércio de mulas, capital usuário urbano, tráfico de escravos etc.)” MELLO, 1986: 54.

decrecentes, enfraquecimento das plantas, aparecimento de pragas destruidoras, abandono sucessivo das culturas e rarefação demográfica” (VANGELISTA, 1991: 23) – e, por outro, um acentuado desenvolvimento da lavoura cafeeira no chamado oeste paulista<sup>2</sup>. Suas terras devolutas foram rapidamente invadidas pela ‘nova’ cultura.

Sem dúvida, a expansão agrícola de São Paulo, a partir do início da segunda metade do século XIX, é um dos mais expressivos acontecimentos da história econômica do Brasil. O oeste da província de São Paulo, que fora um território relativamente marginalizado, com insuficientes vias de comunicação apropriadas e com parca população economicamente ativa, transformou-se no centro dinâmico da economia brasileira (LOVE, 1982). Em virtude da expansão dos cafezais, a província assumiu o primeiro lugar na produção brasileira de café, superando Minas Gerais (1881) e a Província do Rio de Janeiro (1889). Nesse momento, o espaço geográfico “que se abre em leque desde Campinas para o Noroeste, alcançando Rio Claro e estendendo-se até Bauru e Ribeirão Preto” (DEAN, 1977: 13) ganhou novos contornos e características, tornando-se uma das principais bases geoeconômicas da sociedade brasileira de então.

O dinamismo do café em São Paulo mostrou, já no último quarto do século XIX, que outra economia se formara no país: a do complexo cafeeiro capitalista paulista (CANO, 1985: 294 e MELLO, 1986: 128-129). Destarte, observamos em terras paulistas, na segunda metade do XIX, a conformação de um intrincado mosaico de acontecimentos, muitos dos quais já largamente tratados pela literatura conexas. Talvez, sobre nenhuma outra mercadoria produzida em território brasileiro, tenha sido derramada tanta tinta.

No âmbito dessa multiplicidade de elementos que perpassam o assunto café e sua expansão, o mote do comércio interno de cativos pós-1850 constitui ponto essencial e ainda insuficientemente explorado. O

---

<sup>2</sup> Emília Viotti da Costa identifica como “zonas relativamente novas” do oeste paulista, municípios: “Rio Claro, Araras, Jaboticabal, Araraquara, Descalvado, Limeira, São Carlos (...) cujo desenvolvimento fora posterior a 1850”. Esses municípios mantinham, em 1886, um índice de população escrava (12,9%) superior ao das zonas mais antigas, como o Vale do Paraíba e o oeste paulista mais antigo [região de Campinas] que, nessa época, apresentavam, respectivamente 8,5 e 10,5%”. COSTA, 1998: 195.

presente trabalho inscreve-se nesta linha de investigação. Desse modo, aqui, nos debruçamos sobre o contexto configurado pela impossibilidade da continuação do tráfico atlântico (África-Brasil), em virtude da enérgica perseguição inglesa aos “nautas de todas as plagas” (ALVES, 2006) a proa de seus tumbeiros, que se intensificou em 1849 e 1851 (ABAETÉ, 1845 e STEIN, 1990).

Mais especificamente, objetivamos investigar algumas características do tráfico interno de escravos, tendo como contexto o problema da inelasticidade da mão de obra – então, o “problema nacional básico” (FURTADO, 1972:117-142) – ocasionado, em grande medida, pela marcha ascendente da rubiácea, nas terras para lá de Campinas, e pela extinção do tráfico transatlântico de escravos. Assim sendo, aqui nos dedicaremos à análise de aspectos de um comércio que se reveste de importância ímpar, pois: (i) abasteceu continuamente o oeste da província de São Paulo, que teve como fatores de produção preponderantes até meados dos anos 1880 a terra e o trabalho compulsório; (ii) teve caráter específico, não se configurando “mero substituto” do tráfico atlântico, mas “sua continuação” (CONRAD, 1985: 205); (iii) “contribuiu [em virtude do papel particularmente importante desempenhado pelos próprios escravos] fortemente para acelerar a abolição da escravidão no Brasil” – como afirmou, de forma contundente, Richard Graham (2002: 122) (Ver também CHALHOUN, 2011). Segundo este autor, o crescimento da resistência dos escravos que tinham sido arrancados de seus contextos familiares e antigos laços sociais minou a autoridade dos senhores e os encorajou a forçar sua própria libertação através da ação direta e; (iv) foi apontado como fundamental para a manutenção do caráter centralizado do império brasileiro. Décio Saes, por exemplo, argumenta que “a centralização do Estado escravista não apenas evitou as abolições regionais da escravidão, como também garantiu o funcionamento do tráfico interprovincial de escravos, conveniente aos interesses das diferentes classes de proprietários de escravos” (SAES, 1985: 50).

Uma vez que o governo brasileiro, acossado pelos ingleses, suprimiu esta mercância ultramarina no começo dos anos 1850, os escravistas passaram a disputar somente os cativos disponíveis nas várias regiões do território nacional, cenário que acentuou largamente o fluxo de escravos das regiões menos prósperas ou decadentes em direção às áreas cafeeiras em expansão.

Desse modo, os escravos foram transferidos, predominantemente, da menos lucrativa produção açucareira nordestina – sobretudo das pequenas e médias propriedades agrícolas<sup>3</sup> e, também, das vilas e cidades (SLENES, 2004: 134)<sup>4</sup> – ou do sul, onde a atividade do charque estava em declínio, para os portos do Rio de Janeiro e Santos e daí, crescentemente, para o oeste da província de São Paulo.

Os dados quantitativos existentes sobre o conjunto do tráfico interno pós 1850 são ambíguos. Não obstante, é consensual o fato de seu volume ser menor do que o do anterior tráfico que fazia, sob o “estalar de açoite, legiões de homens negros como a noite” (ALVES, 2006) dançarem nos tombadilhos<sup>5</sup>.

Sebastião Ferreira Soares calculou, no ano de 1860, o número médio de escravos traficados anualmente do nordeste para o Rio de Janeiro nos anos 1850 como sendo de 3.439 e estimava em mais ou menos outros 1.500 os que chegaram com seus proprietários ou vieram da região sul do país. Esses mesmos números são reproduzidos e corroborados por Stanley Stein em seu trabalho sobre o município de Vassouras. Herbert Klein, por sua vez, concluiu que se forem somados aos dados de Soares os embarques de escravos para o porto de Santos, é admissível que, nas décadas de 1850 e 1860, o número de escravos vindos do Nordeste chegasse, em média, a 5 ou 6 mil por ano (CHALHOUB, 1990: 129; MOTTA, 2010: 53).

Outra estimativa disponível nos foi oferecida por Robert Slenes. Sobre ela, Robert Conrad diz que:

(...) em seu detalhado estudo demográfico da população escrava do Brasil, Robert Slenes estimou que cerca de 200.000 escravos foram transportados no tráfico interprovincial entre 1850 e 1881, mas que um número muito maior foi movimentado intra-regionalmente. Se Slenes estiver certo, mais de 400.000 escravos foram vítimas desse tráfico, durante aquelas três décadas (CONRAD apud MOTTA, 2010: 51).

<sup>3</sup> Os escravos enviados do Nordeste para o Sul não vinham das plantações de cana de açúcar. Pelo fato de que a exportação nordestina de açúcar não estava mais em expansão, há a falsa convicção de que eram os senhores de engenho que vendiam seus escravos para o Sul, mas não foi usualmente este o caso.

<sup>4</sup> Alguns dados da província da Bahia, relativos a 1854, por exemplo, demonstram que 60% dos escravos exportados desta província vinham das vilas e cidades.

<sup>5</sup> Cerca de 24 mil escravos por ano foram trazidos da África para todos os portos do Brasil, durante 1830-40.

Esses números, por sua vez, são próximos do montante estimado por Jacob Gorender. Este autor avaliou que os municípios cafeeiros absorveram cerca 450 mil escravos decorrentes do comércio interprovincial e intraprovincial (GORENDER, 1985: 326).

O tráfico interno de cativos envolveu, pois, número expressivo de indivíduos, essencialmente enviados para as áreas integradas à economia exportadora do sudeste. Esse deslocamento humano apresentou diferenças significativas em relação à travessia atlântica com destino ao Brasil – por exemplo: as possibilidades de sobrevivência nesse trajeto foram maiores em comparação à travessia do Atlântico –; com o passar dos anos os escravos transacionados passaram a ser, preponderantemente, crioulos (negros e mulatos) já aclimatados etc. (CONRAD, 1985: 194–195). Sem embargo, houve características análogas, em especial, no que diz respeito ao sexo e à idade das pessoas negociadas. Esses aspectos perpetuaram, grosso modo, à mesma desproporção que marcou os contingentes provenientes das diversas localidades africanas. Essa desproporção alavancou o balanço negativo entre mortalidade e natalidade e patenteou, por um lado, o envelhecimento e a preponderância de escravos nas zonas que enfrentavam dificuldades e a concentração de homens jovens nas áreas mais prósperas (DEAN, 1977:72–73). Essas ocorrências, aliadas ao movimento de manumissões<sup>6</sup>, acarretou acelerada queda no acervo nacional dessas pessoas.

Desse modo, enquanto em 1850 havia, aproximadamente, 2.500.000 escravos no Brasil, em 1870 – de acordo com o recenseamento geral do Império, realizado na primeira metade desta década –, o contingente de cativos era de 1.555.000, número que caiu para cerca de 700.000, por

---

<sup>6</sup> A alforria servia aos senhores para: permitia-lhes livrar-se de escravos imprestáveis, concedida como prêmio, estimulava a fidelidade de certo tipo de escravos, a exemplo dos domésticos, diante dos quais os senhores eram mais vulneráveis; constituía uma fonte de renda suplementar derivada do pecúlio dos escravos. Segundo Gorender (1985), o padrão das alforrias no Brasil pode ser sintetizado nas seguintes características: a) maioria de alforrias onerosas e gratuitas condicionais; b) proporção relevante de alforrias gratuitas incondicionais; c) maior incidência das alforrias na escravidão urbana do que na escravidão rural; d) alforrias mais frequentes nas fases de depressão e menos frequentes nas fases de prosperidade; e) maioria de mulheres entre os alforriados, embora elas fossem minoria entre os escravos; f) elevado percentual de domésticos entre os alforriados; g) maior incidência proporcional de alforrias entre os pardos do que entre os pretos; h) em geral, elevado percentual de velhos e inválidos entre os alforriados (GORENDER, 1985: 352–355).

volta de 1887. A seguir, discorreremos, sucintamente, sobre: (i) o recorte espacial escolhido: Rio Claro; (ii) o corte temporal utilizado: 1861-1869; (iii) o núcleo documental que perpassa a investigação aqui empreendida: escrituras de compra e venda de escravos que registraram os negócios envolvendo 575 cativos; (iv) além disso, faremos apontamentos mais detalhados acerca dos dados levantados.

## Recorte espacial: Rio Claro

Foi o caso que estando já a terra assaz povoada de filhos, filhos de filhos e filhos de netos da nossa primeira mãe e do nosso primeiro pai, uns quantos desses [...] Puseram-se a traçar uns riscos no chão, a esperar umas estacas, a levantar uns muros de pedra, depois do que anunciaram que, a partir desse momento, estava proibida (palavra nova) a entrada nos terrenos que assim ficavam delimitados sob pena de um castigo, que segundo os tempos e os costumes, poderia via a ser de morte, ou de prisão, ou de multa, ou novamente de morte. / (José Sarago, em: Sebastião Salgado, *Terra*).

A presente análise irá deter-se em um dos mais proeminentes centros cafeicultores do oeste paulista. O nosso estudo sobre o tráfico interno de cativos terá como lócus privilegiado o município de Rio Claro, cidade que pertence ao que José Francisco de Camargo (1952)<sup>7</sup> chamou de Região da Baixa Paulista e que foi definitivamente integrada à franja da economia exportadora paulista com sua ligação à Campinas, feita em 1876 pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

Em virtude dos dados por nós levantados acerca do tráfico de escravos e, também, dos subsídios oferecidos por Camargo, Milliet e Dean acerca do número de cafeeiros, das unidades produtoras, da quantidade de arrobas produzidas, do paralelismo entre o avanço dos trilhos e a conquista de novas regiões pelo café, da entrada de trabalhadores nacio-

---

<sup>7</sup> A composição municipal adotada por J. F. de Camargo é a que vigorava até o recenseamento de 1940. As regiões do interior de São Paulo, de acordo com Sérgio Milliet (1939) e J. F. Camargo (1952) foram tradicionalmente definidas e batizadas pelo nome das estradas de ferro que as talhavam, em virtude do sincronismo existente entre impulso demográfico, desenvolvimento econômico e expansão da via férrea. Esta definição persiste até os dias atuais no imaginário paulista. Ao longo deste texto, mantivemos a nomenclatura regional pautada pelas estradas de ferro.

nais (escravos e livres) e estrangeiros etc., entendemos que este município configura uma amostra adequada para vislumbrarmos, no período proposto, a relação entre a marcha ascendente da cafeicultura e a dinâmica do comércio de cativos no “oeste” de São Paulo.

Rio Claro teve origem semelhante a diversas outras cidades do vasto Oeste de São Paulo. Desenvolveu-se na borda interna da Depressão Periférica Paulista “a partir de caminhos transversais com início em Campinas, Itu e Sorocaba. Esses lugarejos eram pousos de beira de estrada, erguidos nas últimas décadas do século XVII e primeira do XVIII” (OLIVEIRA& NETO, 1986: 6-7)<sup>8</sup>. Nessa época, essas terras eras consideradas “boca de sertão”, pois logo adiante, no planalto, começava o que era avaliado como realmente ermo, o sertão de Araraquara.

Até o início do oitocentos, essas paragens possuíam um população tão rala e esparsa que foram caracterizadas como “habitação exclusiva das feras sem vestígio de pegada humana” (Diniz, 1973: 169)<sup>9</sup>. Momentos relevantes do povoamento dessa região só ocorreram entre 1815-1821, quando se avolumaram as concessões de sesmarias, antes da extinção deste sistema de doação, em 1822.

Por volta de meados do século XIX, o café passou a ser amanhado nesses municípios e começou a substituir a cana de açúcar como principal gênero produzido. O máximo da produção açucareira dessa região ocorreu, provavelmente, antes de 1853. Depois do final dos anos 1850, o açúcar foi dando lugar ao café. Nesse momento, destacam-se, por exemplo, as fazendas organizadas pela família Prado, em Araras, e pelo Senador Vergueiro, em Limeira-Rio Claro.

A origem das grandes lavouras rioclaresses, segundo W. Dean (1977: 30-32), ocorreu por meio da usurpação da terra e marginalização dos frágeis posseiros existentes, processo este capitaneado por um restrito grupo que havia acumulado certo volume de capital em virtude de seus negócios de exportação agrícola à época da colônia. As fazendas desse novo conjunto de proprietários constituíam alternativa menos atrativa do que o apossamento de terras, ainda não ocupadas, um pouco mais a frente. Desse modo, o regime escravista, explorador no sentido mais extremado, foi uma solução indispensável.

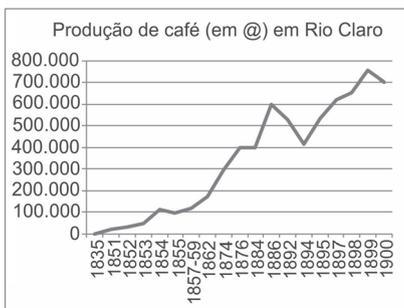
---

<sup>8</sup> Ver também: FONSECA, A. A. In: MOLINA, T. C. de (org.), 1981.

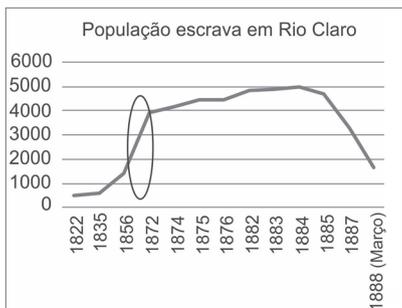
<sup>9</sup> Ver também: BUSCH, 1927 e CAMPOS, Z. F., 1922.

A conversão para o café passou a exigir avultado volume de mão-deobra. Podemos acompanhar a interação entre a dinâmica da produção cafeeira e a população escrava de Rio Claro a partir dos gráficos abaixo.

Gráficos 1 e 2



Dean, W. Op. Cit. p. 52



Fonte: Dean, W. Op. Cit. p. 63

Justamente quando Rio Claro e entorno passaram decisivamente a fazer parte do perímetro da economia ‘costeira’ capitalista voltada para a exportação, a abolição efetiva do tráfico transatlântico de escravos já havia sido promulgada, fato que fez triplicar o preço dos escravos nos dez anos seguintes, enquanto o nível geral de preços duplicou (DEAN, 1977: 65)<sup>10</sup>.

Apenas com o surgimento de ocorrências exteriores ao sistema os fazendeiros começaram, em meados do oitocentos, a realizar experiências com trabalhadores ‘livres’ que se assemelhavam, em última instância, ao trabalho servil, pois, dentre outras coisas, o não cumprimento do contrato acarretava prisão e trabalhos forçados. Essas experiências iniciais envolvendo trabalhadores livres – a fazenda Ibicaba do Senador Vergueiro foi um caso emblemático – foram coroadas pelo insucesso. As fazendas não teriam sobrevivido a essa crise se não tivesse aparecido outra robusta fonte de trabalho: “proletários rurais italianos, expulsos pela

<sup>10</sup> Essa escassez de braços contrastava-se, diga-se de passagem, com a situação do Vale do Paraíba, onde a entrada de escravos foi acentuada até a extinção do tráfico internacional. Com relação às experiências com trabalhadores ‘livres’ ver: Thomas Davatz (1980), W. Dean (1977), Stolcke & Hall (1983), Cohen & Martins (2000). Petroni, M. T. Schorer (2002).

necessidade extrema neste exato momento, foram atraídos para São Paulo pela política extraordinária de subsídios governamentais totais” (Idem: 184). Mas, em virtude dos objetivos deste trabalho e do espaço restrito de que dispomos, isso será assunto para outra oportunidade.

Por fim, o estudo de municípios é relevante, pois: estes são a unidade política básica do Brasil; no século XIX e início do XX, os municípios eram, em geral, bastante extensos<sup>11</sup>; os registros históricos referentes ao tráfico de escravos, ao regime de trabalho livre na lavoura e alusivos ao mercado de terras foram feitos por tabeliões e servidores públicos pertencentes aos quadros das burocracias municipais; no Arquivo do Estado de São Paulo, volumosa correspondência é classificada segundo o município e também, no Museu Paulista, o material avulso sobre Rio Claro está indexado pelo município. Portanto, além dos motivos já apontados, aqui elegemos mais um que convalida o estudo da cidade: razões de ordem prática.

Ainda, a pesquisa de um ou alguns municípios possibilita um sentido de aprofundamento e coloca, em primeiro plano, elementos que se dissolveriam com recortes mais amplos, os quais, muitas vezes, apresentam o inconveniente de forçar o confronto de séries de dados decorrentes de médias gerais e, muitas vezes, frouxas, que aplanam os acontecimentos e apegam-lhes os aspectos peculiares. Desse modo, ao contrário do que sugeriu Lucien Febvre em certa feita, “números falsos, curva verdadeira”, aqui pretendemos, o máximo possível, ‘números verdadeiros, curva verdadeira’, o que – em virtude do recorte espacial, temporal e dos dados por nós levantados – é factível.

## **Recorte temporal: 1861-1869**

O nosso recorte temporal se justifica pela maior disponibilidade de escrituras de compra e venda de escravos a partir de 1861. Esse maior número de registros, ao que parece, decorreu da vigência do decreto imperial que previa o lançamento das escrituras de negócios com es-

---

<sup>11</sup> Algumas informações importantes sobre o município de Rio Claro, encontram-se em: IBGE, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=354390#>>. Acesso em: 9/09/2012.

cravos de valor superior a duzentos mil-réis em livros de notas específicos para essa finalidade. Sobre esse registro, o Decreto nº 2.699, de 28 de novembro de 1860, dispunha o seguinte: “Art. 3º A Escritura pública é da substância de todo e qualquer contrato de compra e venda, troca e dação *in solutum* de escravos, cujo valor ou preço exceder de 200\$000, qualquer que for o lugar em que tais contratos se celebrarem ou efetuarem”<sup>12</sup>.

Tal assertiva é corroborada pelos termos de abertura dos livros cartoriais destinados a registrar a compra e venda de escravos. Em um dos livros que examinamos em Rio Claro – cronologicamente o primeiro livro pertencente ao acervo do Segundo Cartório de Notas e Protestos deste município –, lemos, em sua primeira página, o seguinte escrito: “Servirá este livro para o segundo tabelião Thomas Carlos de Mollina lançar as Escrituras de compra e venda de escravos em conformidade do decreto número 2.699 de 28 de novembro de 1860, art. 3º, § 1º, o qual vai por mim numerado e rubricado”.

Além disso, quando lemos os dois últimos gráficos reproduzidos acima, acerca da dinâmica da produção cafeeira e da evolução da população escrava, apreendemos que houve durante a década de 1860, de um lado, o mais intenso crescimento da população escrava, em Rio Claro, entre 1822-1888 e, de outro, como era de se esperar, forte correlação entre a expansão dos cafeeiros e a absorção de mão de obra escrava neste município.

Quando nos deparamos com esses dados, fica evidente que este, então importante, centro cafeeiro, não se adequa à dinâmica geral apontada por diversos autores – intensidade moderada do tráfico de escravos – que se dedicaram à análise deste comércio da década de 1860, a não ser, tendo em vista os dados por nós levantados acerca do comércio interprovincial, como veremos à frente. De acordo com essas análises (FURTADO, 1972: 126; ANDRADE, 1988: 125; GRAHAM, 2002: 129), os anos sessenta foram distinguidos pela concomitância de dois movi-

---

<sup>12</sup> No § 1º deste artigo lemos: “As Escrituras serão lavradas por ordem cronológica em livro especial de notas, aberto, numerado, rubricado e encerrado na forma da Legislação em vigor, por Tabelião de notas legitimamente constituído (...), e conterão (...) os nomes e moradas dos contraentes, o nome, sexo, cor, officio, ou profissão, estado, idade e naturalidade do escravo e quaisquer outras qualidades ou sinais que o possam distinguir”. Coleção de Leis do Império do Brasil, citado por Motta (2010: 63).

mentos contrários. A Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865) abriu o mercado inglês ao algodão brasileiro, o que beneficiou os plantadores nordestinos – a produção de algodão, durante o decênio, mais do que duplicou em volume e o seu valor exportado aumentou mais do que cinco vezes. Ao mesmo tempo, segundo Gorender (1985: 326), a produção cafeeira do sudeste diminuiu o ritmo de crescimento, em virtude da crise bancária de 1864 e por baixas recorrentes nas cotações internacionais do fruto da rubiácea (NETTO, 2009: 277-278). Frente a esse cenário, os plantadores nordestinos desfrutaram de uma melhor correlação de forças para manter os cativos em suas regiões.

Finalmente, é importante chamarmos atenção para outro aspecto que, acreditamos, influenciou a dinâmica do tráfico interno de cativos ao longo da segunda metade dos anos 1860. Trata-se da Guerra do Paraguai. Francisco Doratioto, após examinar correspondências de altos funcionários do governo espanhol, afirmou que “o aumento da demanda por escravos [ocasionada pela Guerra do Paraguai – GR] elevou seu preço, e cada indivíduo era vendido por dois contos de réis no início de 1868” (DORATIOTO, 2002: 272)<sup>13</sup>. Segundo esse mesmo autor, o Governo Imperial não apenas concedeu a liberdade aos escravos da nação que servissem na guerra, como também interferiu no mercado comprando e desapropriando cativos “para enviá-los para o Paraguai, pagan-

---

<sup>13</sup> Tal proposição, em parte, é corroborada por algumas escrituras de compra e venda que analisamos no município de Rio Claro. Assim, por exemplo, o escravo Benedito, crioulo de 17 anos, de serviços de roça, foi vendido, em agosto de 1868, por José Manoel Pinto, por 2:000\$000, para Thomas Teixeira Pinto, ambos residentes em Rio Claro. Já em setembro de 1868, o escravo Januário, preto de 17 anos, solteiro e com experiência em lavoura foi vendido por José T. Siqueira para José Maria S. também por 2:000\$000. Por sua vez, o cativo Pedro – 21 anos, crioulo, pardo, solteiro, natural de Pirassununga, roceiro – foi negociado entre Antonio C. Lobo e Albinio A. Cardoso, por intermédio do tráfico intraprovincial, em setembro de 1868, por 1:900\$000. Escrituras preservadas pelo 2º cartório de Notas de Rio Claro, em ordem cronológica, primeiro livro dedicado aos negócios com escravos. Contudo, ao menos no que diz respeito ao nosso município de referência, é incorreta a afirmação de que “poucos meses antes o valor de venda não era superior a 900 mil réis”. Quando organizamos os dados para acessar o preço médio nominal dos escravos, com idade entre 15 e 40 anos, comercializados entre janeiro e setembro de 1864 chegamos aos seguintes resultados: enquanto as mulheres foram negociadas, em termos médios nominais, por 1:498\$121, o preço nominal médio dos homens alcançou 1:650\$184. A evolução dos preços no restante do período da Guerra pode ser acompanhada por meio de alguns dos dados que expomos a frente.

do indenizações generosas, as quais não deixavam de causar inconvenientes aos fazendeiros, pois era difícil a substituição desse trabalho nas lavouras” (Idem: 272). Em relatório apresentado à Assembleia Provincial, em 1868, o presidente de São Paulo afiançou que o prolongamento da guerra acarretaria, inevitavelmente, severas consequências à economia, como resultado da drenagem de braços da agricultura e das demais ‘indústrias’ (Cf. Idem). Além disso,

o envio de substitutos para cumprir o serviço militar era, à época, prática comum (...). No Brasil, particulares foram contratados para substituir convocados e escravos foram enviados para lutar em nome de seus proprietários. As sociedades patrióticas, os conventos e o próprio governo nacional também se encarregaram de comprar escravos com a finalidade de enviá-los para o Paraguai (Idem: 272-273).

De outro lado, as autoridades imperiais faziam ‘vista grossa’ para os fujões que se apresentassem para engrossar as fileiras do exército brasileiro.

Por sua vez, o jornal a *Semana Ilustrada* corroborou, de forma indireta, a importância da guerra quando colocou, na boca dos escravos, comentário acerca da partida de um batalhão de ‘voluntários’ para o Prata:

Eh! Sê moço!... Eu tá 'spantado  
Neste Lio de Zanero:  
(...)Governo fica zangado:  
Agora Lope, marvado,  
Leva di pau, si siô;  
Fica pletovencedô<sup>14</sup>.

## Núcleo documental

A pergunta que esteve presente quando buscávamos eleger o núcleo que pautou o presente texto foi: quais documentos podem fornecer o maior número de informações e, posteriormente, com o desenrolar de

<sup>14</sup> A *Semana Ilustrada* foi um jornal carioca fundado em 1860 por Henrique Fleiuss e que teve, no seu quadro de colaboradores, personalidades como: Machado de Assis, Quintino Bocaiuva, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Nabuco, Bernardo Guimarães e outros. Cf. Nelson Werneck Sodré, 1998: 205.

nossas investigações, permitir-nos comparar a dinâmica do tráfico interno de cativos entre diferentes municípios?

Tendo essa pergunta em vista, percorremos parte da bibliografia a qual perpassa o nosso tema procurando referências que nos pudessem ajudar. Após concluirmos algumas leituras, o que de fato nos ajudou foi a percepção de que são escassos os trabalhos que examinaram, detidamente, um relevante núcleo documental existente e disponível ao público. Referimo-nos aos distintos arquivos cartoriais existentes nos diferentes municípios. A partir dessa constatação, optamos pela compilação e análise dos diversos dados presentes em parte das escrituras cartoriais, os quais conformam, por um lado, os livros que registraram exclusivamente as transações envolvendo escravos, a partir de 1861, e, por outro, os livros de notas gerais, preservados pelos Cartórios de Notas e Protestos (Primeiro e Segundo) do município a que nos propusemos estudar.

As fontes notariais manuscritas onde está registrada a compra e venda de escravos contêm precioso conjunto de informações. Dentre outros dados, encontramos aí: (i) a data da transação; (ii) os nomes do vendedor, do comprador e do escravo comerciado; (iii) as cidades de origem do vendedor e do comprador; (iv) a idade do escravo; (v) o número de escravos envolvidos; (vi) a cor do cativo; (vii) o preço da transação; (viii) o lugar de origem do escravo; (ix) o uso do escravo (lavoura, serviço doméstico, pedreiro etc.); (x) a identificação se o escravo era casado, solteiro, viúvo.

Sempre que disponíveis e legíveis, coletamos as informações constantes nas escrituras mencionadas para o período 1861-1869. Finalmente, as características desses documentos oficiais lavrados no primeiro e segundo Cartório de Notas de Rio Claro cujos arquivos fizemos ampla varredura favoreceram, largamente, a abordagem quantitativa. Todavia, não nos furtamos de realizar acurada abordagem qualitativa das fontes compulsadas.

## **Comércio interno de escravos: Rio Claro, 1861-1869**

Para a realização deste trabalho lemos, reunimos e organizamos as informações constantes nas 320 escrituras de compra e venda<sup>15</sup> de

---

<sup>15</sup> Além das escrituras de compra e venda de escravos, encontramos certo número de

escravos que conseguimos localizar nos arquivos do 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro. Essas escrituras perfazem um total de 575 cativos – homens, mulheres, crianças e velhos, de ambos os sexos, “de nação” (originários do continente africano) ou “crioulos” (nascidos nas Américas/Brasil), muitos oriundos de outras províncias etc. – vendidos e comprados ao longo dos anos abarcados pelo intervalo 1861–1869.

As informações que encontramos perpassam a totalidade dos anos do nosso recorte temporal. Ao longo desses anos, encontramos maior número de negócios em 1864, ano em que 108 escravos foram negociados, e menor em 1862, quando 28 escravos trocaram de proprietário<sup>16</sup>. Desses quase seiscentos cativos, mais de quatro quintos foram negociados em transações envolvendo mais de um escravo<sup>17</sup> – a média das vendas foi de 1,8<sup>18</sup>. No gráfico a seguir, dispusemos o número de escravos transacionados segundo o ano de registro da escritura.

---

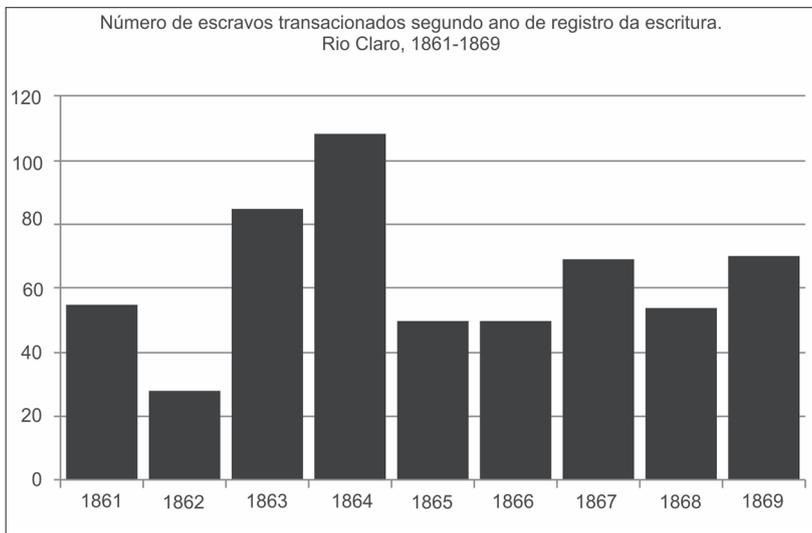
documentos (relativamente ao conjunto documental levantado não muito expressivo) que registraram troca, doações, transferências e procurações. Todavia, esses processos não foram objeto de nossa análise.

<sup>16</sup> Mais uma vez, vale salientar que tais cifras registram o tráfico legal, submetido a taxas provinciais, omitindo o contrabando, reconhecidamente volumoso.

<sup>17</sup> Dezoito escrituras registraram a venda de 5 a 10 escravos, 7 consignaram negócios envolvendo mais de 10 escravos e várias outras vendas envolveram mais de um escravo. Os três negócios mais robustos envolveram a compra-venda de 31, 17 e 16 escravos. A seguir, elencamos, brevemente, alguns dos dados que perpassam as duas primeiras transações mencionadas. A primeira foi realizada, em 07/06/1865, entre Anna Joaquina Nogueira de Oliveira e Antonio José Vieira Barbosa, ambos residentes em Rio Claro. Dos 31 cativos, 13 eram africanos e 18 crioulos, 16 eram homens, com idade média de 24 anos e 15 mulheres, com idade média de 30 anos. O preço médio de cada um destes escravos foi de 1:451\$612 reis. A segunda ocorreu em 16/07/1861. Como vendedor, José Maria de Moraes, e como comprador, Francisco de Assis Barros, ambos residentes em Pirassununga. Dos 17 escravos, 7 eram homens, com idade média de 24 anos e 5 eram mulheres, com idade média de 23 anos. Além destes, haviam 5 meninos, com idade entre 1 e 6 anos. Todos filhos de algumas das escravas negociadas. Todos os 17 cativos foram registrados como crioulos.

<sup>18</sup> Número muito próximo do encontrado por W. Dean para o período 1861–1872, que foi de 1,7. (DEAN, 1977: 67).

Gráfico 3



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1º e 2º) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Vale salientarmos que, mesmo possuindo certo padrão, diversas escrituras apresentam algumas diferenças e particularidades o que, em parte, pode ser explicado pelos diferentes tabeliães e escreventes responsáveis por elaborar os registros ou por solicitação, de uma das partes envolvidas, de assentamento de alguma especificidade relacionada ao acordo. Algumas vezes, tais particularidades acarretaram problemas para coletarmos os dados que pautam a presente análise.

Outros contratemplos foram decorrentes da forma prosaica de registro das escrituras. A dificuldade mais séria e recorrente foi originada pelas escrituras que abarcam a compra-venda de mais de um escravo. Estas, normalmente, não especificam o preço de cada indivíduo, mas sim o preço do conjunto dos escravos negociados, o que impossibilitou atribuímos, de forma apropriada, o preço nominal dos escravos de acordo com a sua respectiva idade, habilidade etc. Portanto, na maioria das vezes, na média, os cativos das mais diferentes idades e qualificações aparecem com o mesmo preço. Desse modo, uma escritura datada do “ano de nascimento do Nosso senhor Jesus Christo de mil oito centos e sessenta e dois, aos treze dias do mês de julho” registrou a venda de

sete escravos perpetrada por Francisco José da Rosa ao Alferes José Augusto de Azevedo, este residente em Rio Claro, aquele morador de Sorocaba. A escritura assim registrou o fato:

Francisco José da Rosa “(...) pela presente Escritura vende, como vendido tem, ao Alferes José Augusto de Azevedo sete escravos de que é senhor e possuidor, livre de qualquer onus, sendo Justino crioulo, de idade vinte tres anos, solteiro; Gregório crioulo de vinte e quatro, digo de vinte e tres annos, solteiro; Ricardo crioulo de trinta anos; Felizarda de idade de doze anos; Luiza crioula, de idade de trinta anos, Joanna crioula, de idade de sete anos e Claudio crioulo de idade de dezoito anos; *cuja venda faz pela quantia de onze contos, quinhentos e cinquenta mil* e ao comprador transfere todo o senhoreil e domínio que tinha nestes escravos de ora avante (...). Declarou o vendedor que sendo o escravo Claudio doente de uma hepatichechronica, se obriga a fazer boa venda dele, isto é, se não se reestabelecer durante o prazo de um anno a contar desta data será obrigado a recebe-lo e restituir ao comprador a quantia de um conto e seiscentos mil reis, digo, um conto seiscentos e cinquenta mil reis, assim como se neste prazo morrer da dita enfermidade será obrigado a restituição referida quantia (...)”<sup>19</sup>.

Ao lermos esse exemplo, notamos que escravos com idades bastante distintas – quatro homens, dois com 23, um com 30 e outro com 18 anos e 3 mulheres, com 12, 30 e 7 anos – foram vendidos, conjuntamente, pelo preço de 11:650\$000, de tal modo que, em média, cada uma dessas pessoas atingiu o preço de 1:650\$000. Mesmo o cativo Claudio, que recebeu atenção especial no registro da venda por ser “doente de uma hepatichechronica”, foi negociado por este mesmo preço.

Para atenuar esse problema, quando, no decorrer deste trabalho fazemos apontamentos sobre o preço dos cativos, por um lado, indicamos o número de observações que levantamos, por outro, quando possível, trabalhamos com o preço presente em escrituras as quais envolveram a venda de apenas um indivíduo.

Todavia, à parte as escrituras que possuíam traços distintivos ou alguma outra vicissitude, os negócios que habitualmente apresentaram

---

<sup>19</sup> O documento relativo à negociação destes escravos encontra-se no arquivo do 1º Cartório de Notas e Protestos de Rio Claro. Itálico nosso. Nós não realizamos a modernização dos trechos extraídos dos documentos que reproduzimos neste trabalho.

menor número de obstáculos foram as vendas que envolveram apenas um indivíduo. Podemos ilustrar essa fatia do tráfico humano mediante a venda realizada em vinte e sete de janeiro de 1866, do escravo Sebastião – “crioulo-fula” de 36 anos, solteiro, “de serviço de roça”, natural de MG. Participaram como vendedor e comprador respectivamente Isabel S. Cardoso, moradora de Constituição (Piracicaba) e Manuelino de Godoy Bueno, de Rio Claro. O cativo foi vendido por intermédio da mercância intraprovincial por 1:050\$000, preço, diga-se de passagem, significativamente mais baixo (28% menor) do que a média dos escravos homens com idade entre 31 e 45 anos negociados nesse tipo de transação, como veremos mais à frente<sup>20</sup>.

Para além deste preâmbulo, iniciamos nossa análise por meios gráficos abaixo. Neles, abordamos o número de escravos adultos jovens (de 15 a 29 anos de idade) e a dinâmica do preço nominal médio dos cativos negociados, em Rio Claro, ao longo do espaço de tempo eleito<sup>21</sup>.

Os dois últimos gráficos evidenciam que a oscilação do preço médio nominal dos homens de 15 a 29 anos ocorreu, majoritariamente, dentro do intervalo 1:800\$000 a 1:600\$000, enquanto a variação do preço das mulheres, dessa mesma faixa etária, foi reiteradamente inferior (1.600\$000 e 1.400\$000)<sup>22</sup>. Fato que nos permite afirmar, tendo em vista a pouca

---

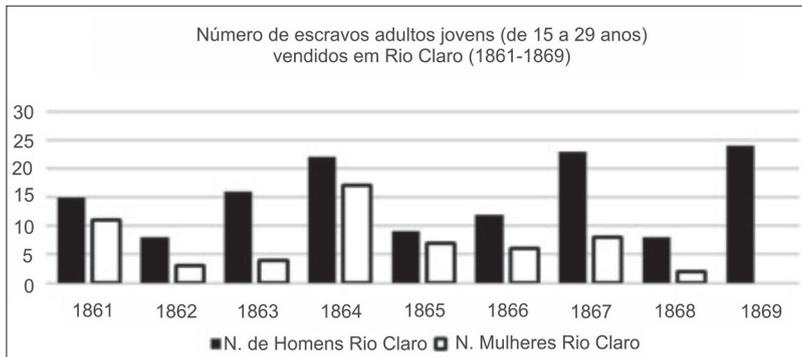
<sup>20</sup> A escritura que registra a venda do cativo Sebastião é preservada pelo 2º Cartório de Notas e Protestos de Rio Claro.

<sup>21</sup> Vale mencionarmos a discrepância dos preços levantados por W. Dean em seu livro *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura* e pela nossa pesquisa. As diferenças mais substantivas aparecem entre 1863–65. Ao longo deste intervalo, os dados de Dean evidenciam preços de 12 a 14% maiores do que aqueles que aparecem em nossos levantamentos. Enquanto Dean aferiu os preços que discute em “livros de vendas de escravos, livros de notas e inventários” (DEAN, 1977: 66), nós nos baseamos nos livros de notas que registraram as compras e vendas de escravos, o que talvez coincida com o primeiro conjunto de documentos apontado por aquele autor.

<sup>22</sup> Com o intuito de realizar um incipiente confronto da dinâmica do tráfico interno de cativos registrado em Rio Claro, com a movimentação deste comércio em outras localidades, ao longo da exposição e análise dos dados por nós compulsados, iremos, em diferentes momentos, cotejar o nosso levantamento com os resultados da importante pesquisa realizada pelo professor José Flávio Motta (2010) acerca de alguns municípios paulistas. Esse cotejamento justifica-se, dentre outros motivos, pela coincidência do núcleo documental eleito por ambas as investigações. Esse autor encontrou para, respectivamente, os escravos e escravas, de 15–29 anos, comerciados nas localidades que os estudos durante o mesmo recorte temporal aqui empreendido, os seguintes preços médio-nominais: Areias: 1:532\$583 (H) e 1:123\$500 (M);

diferença na esperança de vida entre os sexos – como afiança parte da literatura –, que a distinção entre os preços de escravos e escravas era decorrente, sobretudo, da produtividade do trabalho. A recorrência de preços maiores para os escravos homens indica serem estes mais produtivos. Além disso, mesmo tendo em conta a limitação geográfica a passar esta série histórica, podemos relativizar proposições feitas por alguns autores. Alguns têm sugerido que o preço das escravas em idade útil, grosso modo, entre os 15 e 40 anos, em virtude de distintos episódios os quais representaram ameaças à continuidade do comércio escravo, aumentou intensamente em relação ao dos escravos, pois se o tráfico de escravos tivesse terminado, a ininterrupção da escravidão só estaria afiançada com a “decisiva emulação do aumento natural que ocorria nos Estados Unidos (...) a ameaça ao comércio escravagista imposta pelas atividades dos ingleses era um lembrete evidente da importância decisiva das mulheres em idade de parir para o futuro da mão de obra escrava” (BERGAD, 2004: 260).

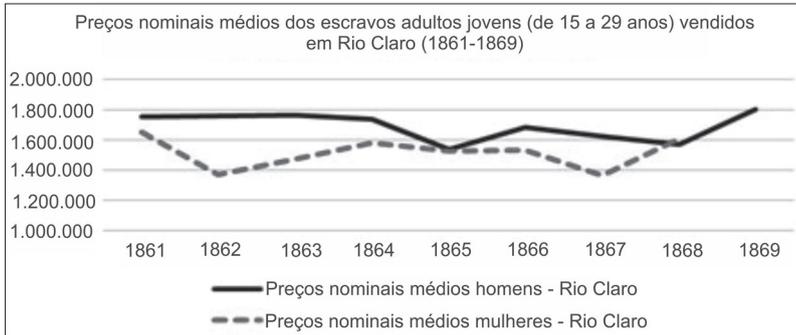
Gráfico 4



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1º e 2º) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Guaratinguetá: 1:432\$857 (H) e 1:121\$739 (M); Constituição: 1:819\$388 (H) e 1:513\$171 (M).

Gráfico 5



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1º e 2º) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Bergad (2004), por exemplo, quando escreveu sobre a dinâmica do preço dos escravos em algumas localidades mineiras, chama atenção para dois episódios que colocaram em primeiro plano o potencial reprodutivo das escravas, fazendo com que o preço delas se igualasse ao dos escravos homens. O primeiro foi um episódio efêmero ocorrido em 1814, que talvez tenha antecipado o tratado de 1815 entre Inglaterra e Portugal, banindo o tráfico escravagista para o norte do Brasil e sinalizando prenúncio ruim para o futuro desse comércio. Segundo o mesmo autor, outro momento no qual as mulheres em idade de trabalho tiveram o mesmo valor dos homens no século XIX foi em 1850, às vésperas da proibição definitiva do comércio escravagista transatlântico para o Brasil. Mais uma vez, temos, conforme as conjecturas de Bergad, um repentino aumento do preço das escravas resultante do seu potencial reprodutivo (BERGAD, 2004: 246-253)<sup>23</sup>. Por fim, vale notar que, de

<sup>23</sup> Essa proposição é em parte corroborada por Stein (1990: 108), quando nos diz: “Até que o fim do tráfico de escravos forçasse os fazendeiros a cuidar mais das necessidades físicas de seus escravos a fim de prolongar a sua vida produtiva, eles procuravam trabalhadores para o campo que pudessem dar tudo de si de maneira eficiente e os substituíam por novas levas. Sob tais circunstâncias, os fazendeiros preferiam homens a mulheres, pois durante o final da gestação e os meses após o parto não se podia contar com o trabalho feminino nos campos e nas encostas de café. Consequentemente, entre os africanos em Vassouras, a proporção entre homens e mulheres era em torno de sete para três, e era sem dúvida o índice normal de nascimento que mantinha essa proporção entre a população escrava. No entanto houve uma mudança, de 77% de homens e 23% de mulheres na década de 1820-1829 para 56% e 44%

acordo com os dados apresentados por esse autor, tal fenômeno não se repetiu nos anos antecessores e mesmo coincidentes à promulgação, no início da década de 1830, da proibição – natimorta – do tráfico transatlântico de cativos.

Contudo, quando olhamos para os dados decorrentes de um importante centro produtor e demandante de força de trabalho do oeste paulista, como Rio Claro, descobrimos existirem dois momentos, ao longo da década de 1860, nos quais o preço das mulheres coincidiu com o preço dos escravos homens, entre 1861 e 1865. Coincidências essas que aparentemente não se justificam por novas situações adversas atribuírem maior importância ao potencial reprodutivo das escravas. Talvez, essa dinâmica dos preços em 1865, por exemplo, explique-se em virtude da Guerra do Paraguai e da consequente Lei 1101 de 20 de setembro 1865, a qual, em seu art. 5º parágrafo 4º, facultou a substituição do convocado ou recruta por outra pessoa, possivelmente um escravo. Acontecimento e promulgação que podem ter direcionado, ao longo dos esforços iniciais de guerra, os escravos homens para terras paraguaias, aumentando a demanda por escravas. Tais oscilações também podem residir na subida dos preços dos produtos de primeira necessidade, na Europa e nos EUA, tal como ocorrera no final da década de 1850.

Para além desses dois momentos cujos preços dos escravos homens e mulheres coincidiram, prevaleceu, como observamos no gráfico, certa dinâmica adversa do preço das escravas a transcorrer toda a década de 1860. Enquanto no início deste decênio as cativas foram vendidas por 1:484\$778, no final, foram mercadejadas por 1:300\$000. Quiçá, tal comportamento se justifique pelos desdobramentos do processo abolicionista geral, o qual vivenciou, na década de 1860, momentos relevantes, quais sejam: (i) o fim da Guerra Civil norte americana, com a abolição da escravidão como uma das suas consequências; (ii) em 1867, o encerramento do comércio escravagista cubano; (iii) extrapolando um pouco o nosso período, em 1871, a Lei do Ventre Livre “libertou” todos os filhos nascidos de mães escravas, medida que resultou em significativa mudança nos valores relativos dos escravos por sexo, fato passível de ser expli-

---

respectivamente em 1880-1888. A mudança foi tão gradativa que se pode concluir que a sociedade escrava de Vassouras permaneceu predominantemente masculina durante o crescimento e o declínio do município”.

cado, em parte, pela impossibilidade de continuar se levando em conta o potencial reprodutivo das escravas.

Também vale notarmos que os dados por nós compilados aproximam-se, até certo ponto, das longas séries organizadas e estudadas por Fogel e Engerman, sobre o sul dos EUA e por Bergad, sobre Minas Gerais. Esses autores descobriram ser, em torno dos 27 anos de idade, o preço das escravas cerca de 80% do preço dos escravos, diferencial próximo ao encontrado por nós em Rio Claro, entre os escravos e escravas com idade entre 25 e 29 anos (87%) (ENGERMAN, 1974: 75 e BERGAD, 2004: 266).

Além do confronto entre os preços dos cativos homens e mulheres, gostaríamos de frisar o levantamento dos seguintes dados sobre as crianças: as de 3-4 anos custavam aproximadamente 400.000 e de 10 anos 1.400.000<sup>24</sup>, ou seja, 24% e 89% respectivamente do preço médio de um escravo com idade entre 15 e 29 anos (1.640.000), na década de 1860. Já com relação à cor, percebemos que o preço dos escravos não variava de forma significativa, tal como podemos apreender por meio da tabela abaixo (a exceção, não relevante por ser formada por apenas um indivíduo, é o preto-fula negociado por dois contos de réis).

Tabela 1 – Preços médios nominais dos escravos de acordo com a cor da pele indicada na Escritura – Rio Claro (1861-1869)

COR	NÚMERO DE ESCRAVOS	PREÇO MÉDIO
Preto(a)	109	1.653.879
Pardo(a)	30	1.525.611
Cabra	22	1.674.310
Mulato(a)	16	1.643.750
Fula	9	1.643.650
Mestiço	1	1.692.857
Preto-Fula	1	2.000.000

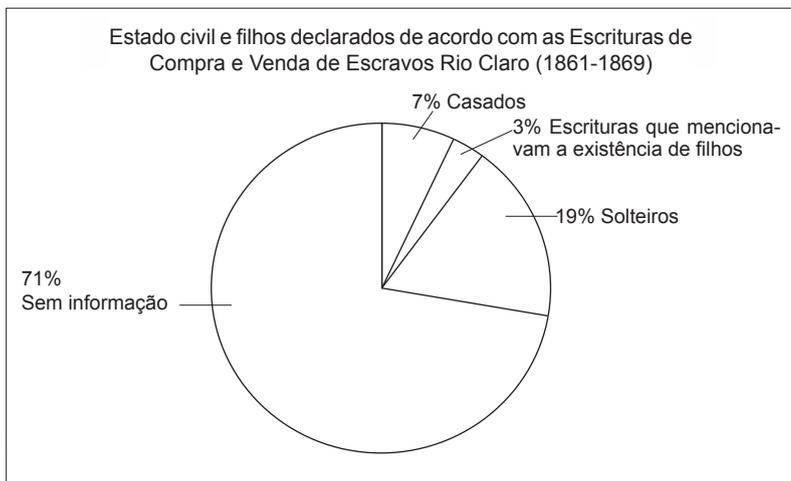
Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup>) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Por sua vez, quando organizamos os dados para acessarmos informações relativas às famílias escravas (“estado civil” e filhos declarados), temos

<sup>24</sup> Para chegarmos a esses números, consultamos as 6 escrituras que registraram a vendas de apenas um escravo com 10 anos de idade, entre 1861-1869. Realizamos o mesmo procedimento para levantarmos o preço das crianças de 3-4 anos. Para essas últimas, encontramos apenas dois registros que envolveram a venda de um único escravo.

o resultado abaixo. Esses dados podem refletir a expectativa das promulgações a ocorrerem, respectivamente, em 1869 e 1871. A primeira, em seu segundo artigo, decretou que “em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos”. Já a segunda, diminui a idade mencionada para 12 anos.

Gráfico 6



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1º e 2º) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

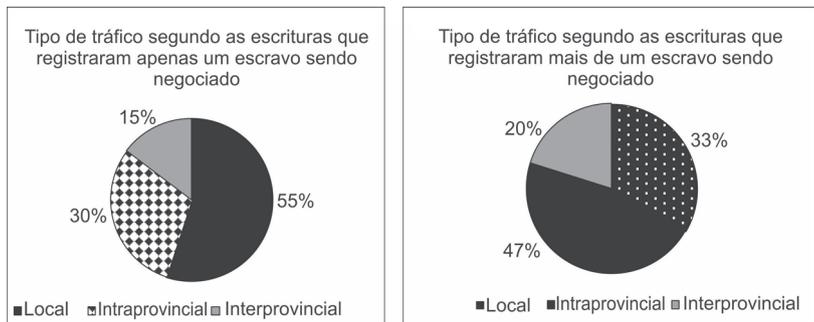
Nos gráficos seguintes, conjugamos duas informações relevantes: por um lado, dispusemos dados gerais acerca do percentual de indivíduos transacionados, em grupo ou individualmente e, por outro, agregamos a este levantamento as informações obtidas sobre município/província de residência dos muitos que, assolados pela nostalgia da imoralidade, participaram do comércio de pessoas.

Contudo, antes de lermos esses gráficos, cabe fazermos uma nota prévia. Esse e outros arranjos dos dados que realizamos ao longo deste texto foram feitos de acordo com certa tipologia do comércio interno de seres humanos que, assim, ficou estabelecida: houve o comércio *local*, caracterizado pelo fato de o vendedor e o comprador residirem na mesma cidade onde a escritura de averbação do negócio foi elaborada e arquivada; existiu o tráfico *intraprovincial*, no qual o vendedor e/ou o

comprador residiam em diferentes localidades da província de São Paulo; e, por fim, ocorreram as transações *interprovinciais*, nas quais as partes envolvidas moravam em distintas províncias do império<sup>25</sup>.

Dos 575 escravos negociados ao longo dos anos em apreço, identificamos a modalidade do tráfico para 412. Tendo esses números em vista, ao associarmos os registros comerciais que envolveram vendas individuais ou em grupo com a tipologia do tráfico interno de cativos, fica manifesta a preeminência do tráfico intraprovincial entre os escravos negociados em grupo (47%) e do comércio local entre os cativos vendidos individualmente (55%).

Gráficos 7 e 8



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1º e 2º) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

A classificação dos cativos negociados em Rio Claro de acordo com sexo, origem e tipo de tráfico foi organizada na tabela seguinte. Dos escravos para os quais identificamos o tipo de tráfico, 42,2% foram negociados por meio do tráfico intraprovincial, 31,1% por intermédio do comércio local e 18,7% foram adquiridos em outras províncias do império<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> Essa tipologia não foi criada por nós. Alguns outros trabalhos que abordam a presente temática já a utilizaram. É importante frisarmos que, ao longo deste trabalho, reconhecemos certa ambiguidade na análise do tráfico local como distinto do intraprovincial. Para atenuar os contratempos daí decorrentes, tomamos o cuidado de, em nenhum momento, incorrerem em dupla contagem (agregarmos a movimentação do tráfico local com a do tráfico intraprovincial) para não distorcermos o volume do comércio intraprovincial.

<sup>26</sup> Desde já assumimos a influência dos trabalhos do professor José Flávio Motta sobre a análise quantitativa aqui realizada. Ademais, a proximidade que buscamos justifica-

Observamos também que, mesmo após mais de uma década da extinção efetiva do tráfico transatlântico para o Brasil, os escravos “de nação” ainda perfaziam 10,2% do conjunto dos escravos cujo tráfico alçamos aferir<sup>27</sup>. Deste contingente, a grande maioria (60%) foi comerciada no âmbito local, 35% migraram de um para outro município da província paulista e o restante passou de uma província para outra.

No campo dos negócios locais, esses africanos representaram 15,5% das 161 pessoas, aí, trocados de mãos. Dos 42 africanos vendidos por meio das três modalidades de tráfico, 28 eram homens, o que acarreta uma razão de sexo de 2 homens para cada mulher. Dentre os escravos “de nação”, observamos a maior disparidade entre os sexos, na esfera do comércio intraprovincial; aí, a razão de sexo é bastante elevada (4:1)<sup>28</sup>. Os cativos africanos foram, predominantemente, negociados no interior de grupos mistos (africanos e “crioulos”), com mais de 3 pessoas. Dos africanos vendidos durante os anos sessenta, apenas 6 foram negociados individualmente. Um desses foi o cativo Manoel, de 32 anos, quiçá novamente teve de deixar para trás família, amigos, flertes e amores d’outrora. Manoel foi vendido em dez de novembro de 1861 por Joaquim Teixeira das Neves, importante traficante de Rio Claro, a Antonio Rodrigues de Barros, habitante de Constituição (Piracicaba) por 1:500\$000<sup>29</sup>. Além desses aspectos, o conjunto de escrituras contendo transações com escravos originários de diferentes partes da África evidencia que 21 deles tinham idade igual ou inferior a 30 anos, indicando, por um lado, que foram traficados para o Brasil à revelia da proibição deste comércio – promulgada em 1831 – e, por outro, a importância para o erário do império dessa atividade que, de acordo com os dados levantados, parece pontual, mas, na verdade, era generalizada. Tal como nos diz

---

se por almejarmos, futuramente, confrontar os nossos resultados com as conjecturas decorrentes das pesquisas deste autor.

27 MOTTA (2010) aferiu que, para Areias, esse volume correspondeu a 21,3%, para Guaratinguetá, essa proporção cai para 7,5% e, para Constituição, atinge 13%.

28 Vale enfatizarmos que essa razão de sexo é prejudicada pelo abreviado número de casos observados.

29 Outro exemplo, é a escrava Emília de 35 anos, transacionada, em meados de 1868, por 1:300\$000. A escritura registrando a venda de Manoel encontra-se no arquivo do 1º Cartório de Notas e Protestos de Rio Claro; já o documento relativo à negociação da escrava Emília está preservado pelo 2º Cartório de Notas e Protestos desse município.

Stein, “no meio da década de 1830, as finanças do Império estavam apoiadas na prosperidade dos cafeicultores, uma dependência mais forte do que a pressão da diplomacia inglesa aplicada durante 20 anos” (STEIN, 1990: 93 e CHALHOUB, 2012).

Tabela 2 – Escravos negociados segundo sexo, origem e tipo de tráfico - Rio Claro (1861-1869)

TRÁFICO	SEXO	DE NAÇÃO*	CRIOULOS**	SEM IDENTIFICAÇÃO DE ORIGEM	TOTAL
<b>Local</b>	Homens	15	73	13	<b>101</b>
	Mulheres	10	40	10	<b>60</b>
	Razão de sexo***	150,0	182,5	130,0	<b>168,3</b>
	<b>Total (H + M)</b>	<b>25</b>	<b>113</b>	<b>23</b>	<b>161</b>
<b>Intraprovincial</b>	Homens	12	95	15	<b>122</b>
	Mulheres	3	42	7	<b>52</b>
	Razão de sexo	400,0	226,2	214,3	<b>234,6</b>
	<b>Total (H + M)</b>	<b>15</b>	<b>137</b>	<b>22</b>	<b>174</b>
<b>Interprovincial</b>	Homens	1	58	8	<b>67</b>
	Mulheres	1	8	1	<b>10</b>
	Razão de sexo	100,0	725,0	800,0	<b>670,0</b>
	<b>Total (H + M)</b>	<b>2</b>	<b>66</b>	<b>9</b>	<b>77</b>

\* De origem africana.

\*\* Nascidos nas Américas/Brasil.

\*\*\* Número de homens para cada 100 mulheres.

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1º e 2º) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Já os “crioulos” totalizavam 76,7% dos 412 escravos presentes na tabela anterior. 35,8% e 20,9% dos escravos desse grupo foram vendidos-comprados por mediação do tráfico local e interprovincial, respectivamente. O contingente mais representativo, 43,4%, foi objeto do comércio intraprovincial. No contexto desse comércio, os “crioulos” representaram 78,7%. No entanto, se excluirmos do tráfico intraprovincial os escravos cuja origem não foi relatada ao longo das escrituras que registraram as vendas e compras dos cativos negociados em Rio Claro, esse conjunto atinge mais de 90% das pessoas vendidas no interior da província de São Paulo. Quando fazemos essa mesma ponderação (computar unicamente os cativos que tiveram a sua origem registrada), a proporção dos “crioulos” sobe para 81,9% no tráfico local e 97% vindos de outras províncias para algum município de São Paulo.

Para os “crioulos”, novamente encontramos razões de sexo elevadas para todos os tipos de tráfico. Registramos a diferença mais notável no comércio interprovincial, no qual esta relação atinge 7,25:1. No que diz respeito a esse último tipo de tráfico, temos, dentre vários outros, o exemplo da Escritura que registrou a venda de três escravos, em dezoito de abril de 1866. Os escravos negociados foram Paulino, Adão e Tolentino, respectivamente de 22, 20 e 16 anos de idade, todos pretos, roceiros e solteiros. Esses três homens foram transferidos da província do Rio de Janeiro para a cidade de Rio Claro com todas as suas chulices, calundus e quizílias, mediante o pagamento total de 5:100\$000, o que correspondeu a um preço individual médio de 1:700\$000.

Na tabela abaixo, dispomos os escravos que entraram ou saíram apenas do município de Rio Claro, de acordo com sexo e modalidade do tráfico. Essas 201 pessoas correspondem a pouco mais de um terço (35%) do conjunto de escravos negociados ao longo dos anos compreendidos entre 1861 e 1869. Com o panorama formado por esses dados, mais uma vez, notamos: (i) largo predomínio dos indivíduos de sexo masculino, em ambos os movimentos; (ii) que o comércio intraprovincial abarcou um número significativamente maior de cativos – 71% do total.

Tabela 3 – Entradas e saídas de Rio Claro segundo sexo (1861-1869)

TRÁFICO	SEXO	ENTRADAS	SAÍDAS	TOTAL
<b>Intraprovincial</b>	Homens	84	17	<b>101</b>
	Mulheres	31	11	<b>42</b>
	<b>Total (H + M)</b>	<b>115</b>	<b>28</b>	<b>143</b>
<b>Interprovincial</b>	Homens	48	0	<b>48</b>
	Mulheres	8	2	<b>10</b>
	<b>Total (H + M)</b>	<b>56</b>	<b>2</b>	<b>58</b>

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Também observamos vasta preponderância das entradas em relação às saídas, tanto no que diz respeito ao movimento no interior do território paulista quanto entre diferentes províncias e Rio Claro. Tal fato nos possibilita afirmar que, durante a década de 1860, este município não foi “uma espécie de pequeno entreposto deste tipo de transação”, tal como afirmou W. Dean sobre a dinâmica desse comércio, nesse município, durante o período 1874-1885 (DEAN, 1977: 69). Com relação

ao movimento interprovincial, a migração originária da província do Rio de Janeiro, com destino à municipalidade em apreço, foi a mais expressiva. Aí, registramos a “descida” de 73,2% dos indivíduos comprados por escravagistas dessa cidade. Em seguida, temos Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina. Enquanto essas duas últimas províncias forneceram pouco mais de 5% cada, a primeira contribuiu com 10,7%.

Com respeito às entradas decorrentes do tráfico intraprovincial em Rio Claro, elaboramos a tabela a seguir<sup>30</sup>. Nela, apreendemos que Santos e a cidade de São Paulo foram as principais provedoras de braços escravos para o município. Ambas forneceram juntas 42,6% dos cativos que lá passaram a residir e sofrer o vaticínio dolente do cativo.

Tabela 4 – Tráfico intraprovincial: entradas em Rio Claro, 1861-1869.

MUNICÍPIO	N. DE ESCRAVOS QUE FORNECEU À RIO CLARO	DISTÂNCIA DE RIO CLARO (em Km)	MUNICÍPIO	N. DE ESCRAVOS QUE FORNECEU À RIO CLARO	DISTÂNCIA DE RIO CLARO (em Km)
Santos	28	252	Campinas	2	83,8
São Paulo	21	178	Jacareí	2	223
Sorocaba	9	164	Limeira	2	31,5
Iguape	8	355	São Carlos do Pinhal	2	60,8
Pirassununga	8	82	Botucatu	1	147
Constituição	7	39	Franca	1	268
Província de SP*	5	-	Itu	1	123
Ubatuba	5	394	Pindamonhangaba	1	328
Brotas	4	74,3	São Simão	1	150
Jáú	4	126	Tiete	1	85
Araraquara	2	101	-	-	-

\* Na escritura a referência era: província de São Paulo.

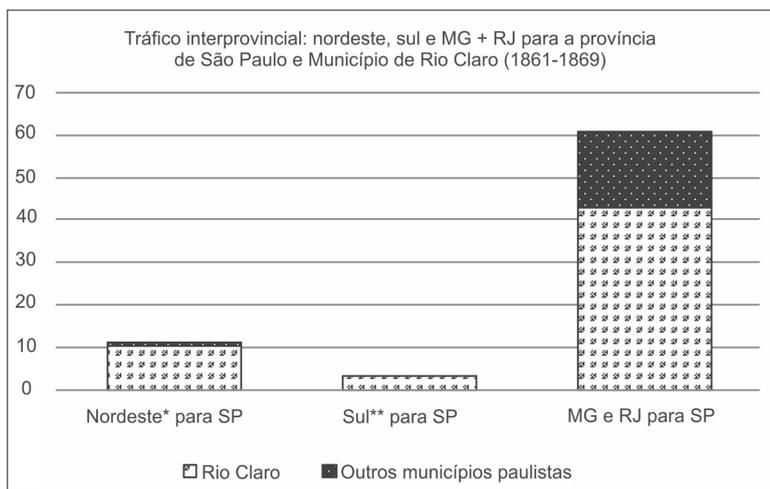
Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Quando analisamos os documentos registrados em Rio Claro acerca do tráfico interprovincial com destino a São Paulo, nós nos deparamos

<sup>30</sup> As distâncias elencadas nessa tabela foram obtidas por meio do *google-maps*. Portanto, elas não são decorrentes de linhas retas, mas sim da distância que um viajante hodierno enfrentaria por meio das principais estradas paulistas e brasileiras.

com o resultado expresso no gráfico abaixo. Aí, notamos a proeminência das províncias do Rio Janeiro e Minas Gerais no aprovisionamento de cativos que corroboraram a expansão dos cafeeiros na região da Baixa Paulista. Nesse momento, vale a pena frisar os possíveis ganhos de arbitragem que os traficantes auferiam ao transferir escravos de Minas para Rio Claro. De acordo com os dados compilados por Bergad, em 1861, o preço médio dos escravos saudáveis dos dois sexos entre 15 e 40 anos de idade, em MG, era de 1:470\$000 e, em 1866, havia caído para 932\$000 (BERGAD, 2004: 256). Esses mesmos escravos, em Rio Claro, no primeiro ano mencionado, eram vendidos, em média, por 1:610\$220 e, no segundo, por 1:460\$000; portanto, uma diferença de quase 10% em 1861 e de 56% em 1866.

Gráfico 9



\* Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Piauí

\*\* Santa Catarina

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1º e 2º) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

A seguir, conjugamos os dados que obtivemos relativos à idade, ao sexo, à origem e ao preço nominal médio. Com esses dados em vista, fica claro que, para além do sexo, como já comentamos acima, a idade era o fator decisivo na valorização dos escravos. Ainda, quando comparamos os dois próximos gráficos, chama-nos atenção que: (i) os dados

confirmam a esperada desigualdade na distribuição etária de acordo com a origem dos escravos e (ii) não há escravos “de nação” com idade inferior a quinze anos<sup>31</sup>.

Gráfico 10



\* De origem africana.

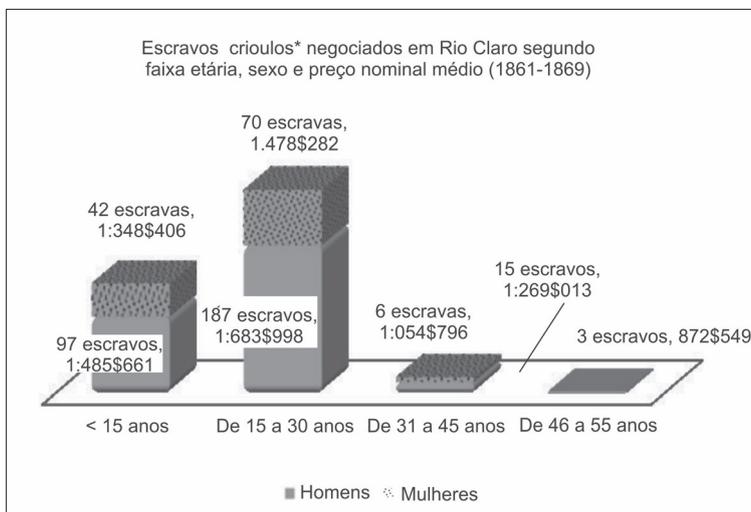
Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1º e 2º) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Já sobre os “crioulos” com idade inferior a 46 anos, apenas 5% encontram-se na faixa etária de 31 a 45 anos, enquanto 61,6% possuíam entre 15 e 30 anos (desses, 73% eram homens, o que origina uma razão de sexo de 267,0). Assim sendo, a maioria era de homens e estava em plenivigor físico, adequada, deste modo, para o pesado trabalho na roça do café, verdadeiro castigo<sup>32</sup>.

<sup>31</sup> Vale notarmos que esses mesmos aspectos foram observados por MOTTA (2010) para Areias, Guaratinguetá e Constituição.

<sup>32</sup> Segundo CALMON (1973: 82), “veio a decadência dos engenhos. Na senzala, o negro vivia a sua vida: às vezes, alforriava-se. Os outros, do canavial e do fabricação do açúcar, tinham um dia seu, por semana; moravam em família: ouviam missa, na capela, junto da casa grande... A fazenda do café — sem essa aproximação de cativo e senhor — parecia um castigo: principalmente a fazenda nova. Nos engenhos patriar-

Gráfico 11



\* Nascidos nas Américas/Brasil.

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1º e 2º) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Os dados anteriores corroboram parte da literatura que analisa o preço dos escravos em virtude da sua origem. Os dados que levantamos apoiam as hipóteses que asseveram a realidade da maioria das sociedades escravistas, onde ocorria o tráfico de escravos, os “crioulos” dos dois sexos, em idade de trabalho, possuíam preços superiores aos dos africanos nas mesmas frações etárias. Quando cotejamos os preços nominais médios dos dois conjuntos de indivíduos, encontramos a diferença mais significativa entre os homens de 15 a 30 anos.

Nesse momento, ao passo que os cativos “crioulos” foram vendidos, ao longo da década de 1860, em média, por 1:683\$998, os africanos foram negociados por 1:447\$614, ou seja, uma desigualdade de pouco mais de 14%, que, em parte, é explicada pelos africanos serem relativamente mais avelhantados, isto é, encontrarem-se, majoritariamente, mais próximo ao limite superior desse intervalo etário. Além desses aspectos, alguns elementos que talvez tenham influenciado a estrutura de preços dos

---

cais, suavizaram-se os contrastes”. Um dado que em parte corrobora esta proposição aparece em Neves (2000: 98). Esse autor, dentre outras coisas, afirma que há 686 cartas de liberdade no Arquivo Público da Bahia para o período 1840 e 1879.

escravos por ascendência, são as seguintes: (i) sobretudo os “crioulos” trabalhavam como empregados domésticos, carpinteiro, ferreiro, alfaiate, cocheiros ou em outros misteres mais estimados, ao passo que os africanos eram considerados, mais amiúde, lavradores sem outras habilidades. Para os dados que coligimos, identificamos a ocupação de 32 escravos para além dos que estavam envolvidos no fadário da roça. Destes, apenas um era africano ou tal como usamos no presente texto, “de nação”. Trata-se do escravo Antonio, “preto”, *ferreiro*, de 38 anos de idade, vendido por José C. Bastos para Ignácio Xavier Negreiros, por meio do tráfico intraprovincial, em dezembro de 1869<sup>33</sup>; (ii) os compradores comumente confiavam que os escravos “crioulos” teriam vida produtiva mais longa (BERGAD, 2004: 271); (iii) os escravos “crioulos” estavam com as doenças por aqui corriqueiras; (iv) para as escravas, a taxa de fertilidade relativa à origem era outra importante variável de determinação do preço. Usualmente, pressupunha-se que as crioulas eram mais férteis que as africanas, assim alcançavam preços mais altos (BERGAD, 2004: 271-72).

Ademais, ao considerarmos a variável gênero, encontramos disparidades consideráveis, referentes ao preço nominal médio, no interior de cada grupo. Assim sendo, por exemplo, os homens africanos com idade entre 31 e 45 anos eram negociados por um preço 24% superior ao das mulheres. Já os “crioulos” de 15 a 30 possuíam preço 12,2% maior do que o das mulheres<sup>34</sup>.

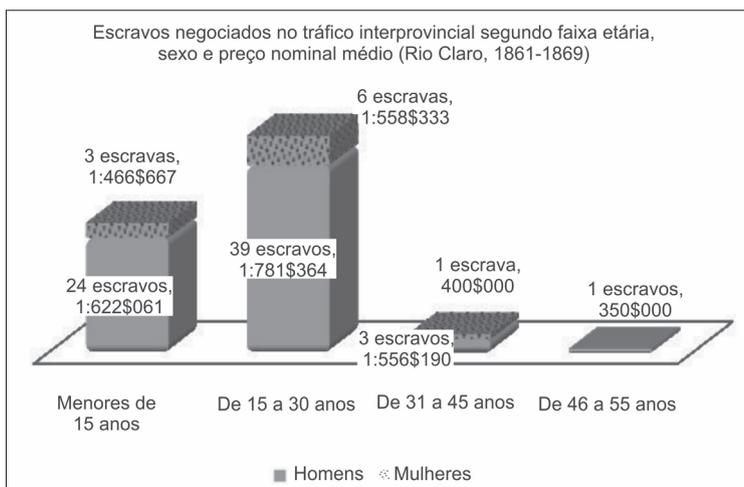
Nos gráficos subseqüentes, associamos a caracterização do tráfico, com a idade, o sexo e o preço médio nominal dos cativos. Ao fazermos isso, além de percebermos – como já evidenciado – que o comércio intraprovincial foi ligeiramente superior ao local e o interprovincial ficou aquém de ambos, notamos, reiteradamente, no conjunto (homens

<sup>33</sup> Escrituras preservadas pelo 2º cartório de Notas de Rio Claro, em ordem cronológica, primeiro livro dedicado aos negócios com escravos neste município. Pág. 101 verso.

<sup>34</sup> Vale observar que essa disparidade entre os valores de mercado dos escravos de acordo com o sexo seria posteriormente referendada pela legislação. De fato, na matrícula dos cativos brasileiros determinada pela Lei no 3.270, de 28 de setembro de 1885, e regulamentada pelo Decreto no 9.517, de 14 de novembro de 1885, estabeleceu-se que “o valor seria declarado pelo proprietário do escravo, não excedendo o preço máximo regulado pela idade do matriculado, conforme tabela que consta do artigo 1º da Lei [...] Sendo que o valor dos escravos do sexo feminino teria um abatimento de 25% sobre os preços estabelecidos.” (GRAF, 1974: 20, In MOTTA, 2010: 101).

e mulheres, de todas as idades e origens), alguns aspectos marcantes. Primeiramente, em todos os tipos de tráfico há significativa disparidade entre o número de homens e mulheres. Desse modo, enquanto a razão de sexo, para a comercialização local, era de 1,7:1 e para o intraprovincial 3,75:1, para o interprovincial atinge a marca de nada menos de 6,7:1. Aferimos ainda que em todas as modalidades do comércio escravo prevaleceram transações envolvendo cativos jovens, com idade entre 15 e 30 anos. Esses sempre estiveram próximos dos 60% do total negociado em cada tipo de tráfico<sup>35</sup>.

Gráfico 12



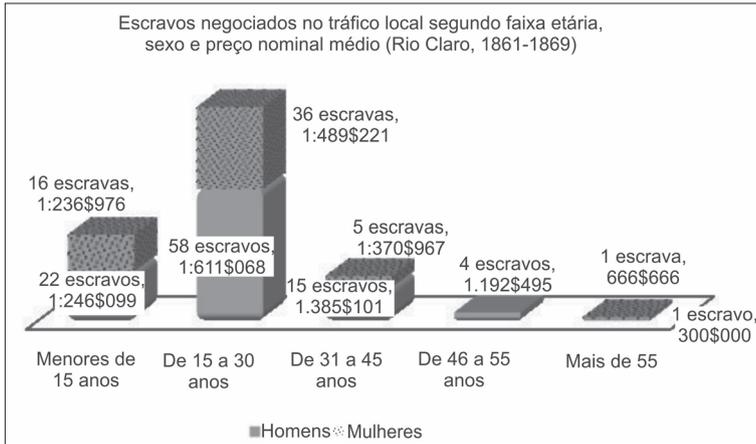
Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1º e 2º) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Outro aspecto essencial novamente surge quando confrontamos preço e gênero. A dessemelhança é notória. Por exemplo, se centrarmos atenção na fatia etária que engloba a maior parte dos indivíduos vendidos mediante as três formas de tráfico, quer dizer, sujeitos com idade entre 15 e 30 anos, temos o seguinte resultado: no comércio local, enquanto os homens eram vendidos, em média, por 1:611\$068, as mulheres

<sup>35</sup> 59,4% para o tráfico local, 61,6% para o intraprovincial e 58,4 para o interprovincial. Essa preponderância também é recorrente no âmbito dos dados compulsados por MOTTA (2010) para os anos 1860.

foram transacionadas por 1:489\$221. Já no tráfico intraprovincial os homens foram vendidos por um preço 15,6% superior ao das mulheres e no interprovincial eles alcançaram um preço 12,5% maior.

Gráfico 13



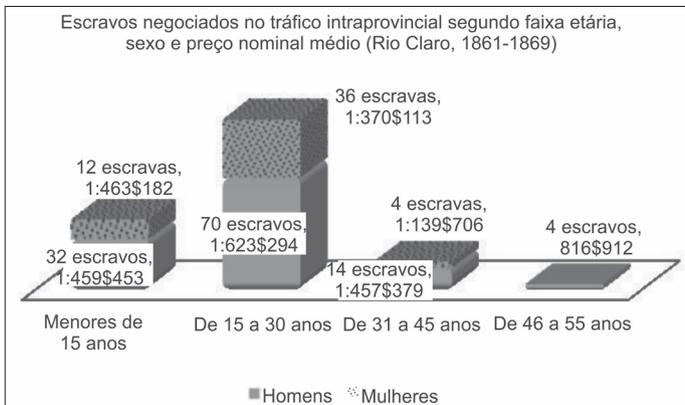
Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1ª e 2ª) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Outrossim, apreendemos também que tanto os homens quanto as mulheres que sofreram as agruras do tráfico humano interprovincial possuíam preços superiores ao dos escravos e escravas alienados por intermédio dos outros dois caminhos. Observamos essa mesma desigualdade nos demais parcelamentos etários realizados, com exceção: (i) da escrava Beralda, crioula, solteira de 45 anos, que passou pelo fado da barganha interprovincial (vendida por D. Josepha Maria da Conceição da cidade de São João Baptista, província de Santa Catarina e comprada por Francisco Villares Pinto da Palha, morador da cidade de Rio Claro por 400\$000). Além de Beralda encontrar-se no limite superior deste recorte etário, na escritura onde estão registrados os detalhes de como o “domínio e o senhoril” dessa jovem senhora escrava passou de D. Josepha para Francisco Palha, lemos uma passagem que, talvez, auxilie no esclarecimento desse preço de venda anormalmente baixo<sup>36</sup>: o documento nos

<sup>36</sup> A média do preço das escravas de 30 a 45 anos vendidas no comércio local e intraprovincial foi de 1:370\$967 e 1:139\$706, concomitantemente.

diz que a primeira vende ao segundo a dita escrava, com “todos os seus achaques novos e velhos, vícios e defeitos”, quem sabe esses achaques, vícios e defeitos fossem manifestos e copiosos;(ii) do escravo Caetano, preto de 50 anos, portanto, pertencente à penúltima fração etária por nós retalhada, que ‘desceu a cambindar e saruê’ – talvez com os urubus no seu encaço dizendo, lá de longe: “la vai o nosso comê”<sup>37</sup> (CALMON, 1973: 67) – da província do Rio de Janeiro para o município de Rio Claro. Para tanto, Antonio J. Alves Fonseca recebeu de Francisco R. de Almeida a importância de 350\$000, ao passo que os homens dessa faixa etária ao longo dos documentos por nós compulsados eram vendidos, em média, no tráfico intraprovincial, por 816\$912 e no local por 1:192\$495.

Gráfico 14



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1º e 2º) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Por fim, cabe fazermos alguns apontamentos acerca de outro aspecto de grande acuidade no âmbito de nossa análise, qual seja: a relação ocupação/experiência-preço. Dos escravos envolvidos nas diversas transações a perpassar a apreciação aqui empreendida, obtivemos o informe da ocupação de 98 indivíduos. A maioria absoluta – 67 pessoas – era de escravos dedicados ao eito das fazendas, ao trato da terra grosseira e crassa, exigente de braços gozosos de pleno vigor, o que se traduz em homens de pouca idade. Como observamos na tabela, das 67 pessoas

<sup>37</sup> CALMON, 1973: 67.

destinadas à roça, 59 eram homens e a idade média era de 21,4 anos. A segunda ocupação mais recorrente foi a de serviços domésticos. Aí, mais uma vez, os homens foram maioria. Os demais cativos distribuíram-se pelas ocupações listadas abaixo<sup>38</sup>.

Tabela 5 – Preços médios nominais dos escravos negociados em Rio Claro segundo sexo e ocupação (1861-1869)

OCUPAÇÃO	HOMENS		MULHERES	
	N. de escravos	Preço médio (réis)	N. de escravos	Preço médio (réis)
Copeiro/Cozinheiro/engomador	1	2.200.000	-	-
Cozinheiro	2	2.100.000	-	-
Carpinteiro	4	1.875.000	-	-
Lavoura	59	1.687.886	8	1.501.000
Servente	1	1.650.000	-	-
Serviço doméstico	16	1633594	2	1.550.000
Alfaiate	1	1.600.000	-	-
Pesca	1	1.600.000	-	-
Ferreiro	2	1.585.000	-	-
Pedreiro	1	1.500.000	-	-

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos Cartórios de Notas (1º e 2º) de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Foi possível identificar o preço individual de apenas 20 desses escravos. Tendo em vista que os cativos cuja ocupação ou experiência foram descritas nas crônicas de suas vendas correspondem a menos de um quinto do total de indivíduos comercializados, ao longo do período por nós analisado, verificamos que aqueles destinados à lavoura possuíam o quarto maior preço da série, ligeiramente superior (3,2%) ao segundo grupo mais relevante, os servidores domésticos. Dentre os escravos a atingirem o maior preço, temos os cozinheiros e carpinteiros. Dentre os primeiros, temos os cativos Eliseu, “crioulo-preto”, de 36 anos; Ignácio, de 23 anos e Benzinho, crioulo de 19 anos, originário do Piauí, todos

<sup>38</sup> Para uma classificação detalhada e justificada dos ofícios dos escravos no Rio de Janeiro, para um período mais recuado do que o trabalhado por nós, ver: LIMA (2008). Com relação aos escravos homens de “serviço da roça”, MOTTA (2010), além de evidenciar que estes formavam os maiores contingentes, encontrou para os anos 1860, os seguintes preços: Areias: 1:195\$063, Guaratinguetá: 1:325\$909, Constituição 1:601\$790.

negociados, coincidentemente, ao longo de 1869. Enquanto esses últimos foram negociados individualmente, mediante o comércio interprovincial (ambos migraram da província do RJ para Rio Claro), o primeiro foi vendido com um grupo, formado por mais quatro cativos, que também saíram do Rio de Janeiro, porém, com destino à Botucatu. No conjunto desses cozinheiros, Benzinho alcançou o maior preço, sendo vendido em dezenove de junho, ao Barão de Araraquara – possivelmente um dos mais importantes escravistas da região – por 2:200\$000, preço que pode ser explicado por este escravo, além de ser jovem, possuir, também, habilidades de copeiro e gomador<sup>39</sup>.

Finalmente, com relação aos carapinas (carpinteiros e afins), elegemos como arquétipo o cativo Benedito, crioulo, de 20 anos, natural de Santo Antonio. Foi vendido individualmente por Claudio A. Oliveira a Candido José de Souza, por meio do tráfico intraprovincial (Jaú à Rio Claro) por 1:600\$000.

## Considerações finais

Neste artigo, investigamos o tráfico interno de escravos no município de Rio Claro, cidade que pertence à chamada, por José Francisco de Camargo, Região da Baixa Paulista, e que Emília Viotti da Costa tratou como uma zona relativamente nova do oeste paulista, cujo desenvolvimento, decorrente da expansão Leste-Oeste dos cafezais, fora, sobretudo, posterior a 1850.

Partindo desse contexto, para analisarmos esse tráfico, elegemos como núcleo documental para essa empreitada 320 escrituras de compra e venda de cativos, abarcando negócios envolvendo 575 pessoas mercadejadas entre 1861 e 1869. Quando analisamos essas fontes primárias manuscritas, em um primeiro momento, notamos ter sido a maior parte dos cativos transacionada em grupos de três ou mais indivíduos, nos quais os homens jovens constituíram a grande maioria. No tocante à modalidade do tráfico, apreendemos ter sido a movimentação intraprovincial a mais significativa (envolvendo a venda de 174 cativos), seguida

---

<sup>39</sup> Todos esses registros encontram-se preservados nos arquivos do 1º Cartório de Notas e Protestos de Rio Claro.

das transações locais, as quais envolveram 161 pessoas e, interprovinciais responsáveis por 77 indivíduos terem se deslocado de outras províncias (sobretudo RJ e MG) para o fado das fazendas de café Rio-clarenses. Além disso, quando consideramos a classificação dos cativos de acordo com a origem, aferimos que os “crioulos” corresponderam a quase 80% do total dos cativos com procedência por nós identificada. Enquanto estes foram vendidos, sobretudo, mediante o comércio intraprovincial, os “de nação” o foram, mormente, mediante o tráfico local.

Em seguida, além de termos constatado serem as entradas em Rio Claro, tanto pelo tráfico intraprovincial, quanto pelo interprovincial, bastante mais significativas que as saídas deste município, percebemos, quando agrupamos os escravos africanos com idade de até 45 anos, que quase 60% encontrava-se no intervalo etário de 31 a 45 anos – conjunto no qual os homens correspondiam a 72,4%. Em contrapartida, ao considerarmos os dados concernentes aos cativos “crioulos”, notamos a ocorrência de expressivo número de crianças e jovens (33,3% com idade inferior a 15 anos) separados de suas famílias e vendidos a outros proprietários. Já em relação aos “crioulos” com idade inferior a 46 anos, apenas 5% encontra-se na faixa etária de 31 a 45 anos, enquanto 61,6% possuía entre 15 e 30 anos (desses, 73% eram homens).

Por fim, dentre outras coisas, associamos a caracterização do tráfico com a idade, o sexo e o preço médio nominal dos cativos. Ao fazermos isso, visualizamos distinções patentes. Por exemplo, se centrarmos atenção na fatia etária a englobar a maior parte dos indivíduos vendidos mediante as três formas de tráfico – 15 e 30 anos –, temos o seguinte resultado: no comércio local, enquanto os homens eram vendidos, em média, por 1:611\$068, as mulheres foram transacionadas por 1:489\$221. No tráfico intraprovincial, os homens foram vendidos com um preço 15,6% superior ao das mulheres e, no interprovincial, eles alcançaram um preço 12,5% maior. Ainda, apreendemos o fato de os homens e mulheres alienados por intermédio das vendas entre diferentes províncias possuírem preços superiores ao dos escravos e escravas comercializados por meio dos outros dois caminhos.

## Referências bibliográficas

- ABAETÉ, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de. *Protesto contra o acto do Parlamento britânico, que sujeitou os navios brasileiros que fizeram o trafico de escravos ao Tribunal do Almirantado e a qualquer Tribunal de Vice-Almirantado dentro dos domínios de Sua Magestade Britannica*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de Ville-neuve 1845.
- ALVES, Castro. *Espumas Flutuantes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 2006.
- ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*. Corrupio, 1988.
- BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. EDUSC, 2004.
- BUSCH, R. K. *História de Limeira*. Limeira: Prefeitura Municipal de Limeira, Departamento de Educação e Cultura, 1927.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil na Poesia do Povo*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973.
- CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento Populacional no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*. Ensaio Sobre a Relação Entre Demografia e Economia. Boletim N. 153 Economia Política e História das Doutrinas Econômicas. São Paulo USP – 1952.
- CAMPOS, Z. F. de. *Centenário de Rio Claro*. Rio Claro: Typ. Conrado, 1929.
- CANABRAVA, Alice P. “Esboço da história econômica de São Paulo”. In: BRUNO, Ernani Silva (org.), *São Paulo Terra e Povo*. Porto Alegre: Globo, 1967.
- CANO, Wilson. “Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)”. *Estudos Econômicos*. São Paulo IPE/USP, v. 15, n. 2, maio/agosto, 1985:291-306.
- CANO & LUNA. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. Em: *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- . *A Força da Escravidão: Ilegalidade e Costumes no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COHEN, Ilka Stern & MARTINS, Ana Luiza, *Brasil pelo olhar de Thomas Davatz (1856-1858)*, São Paulo, Atual, 2000.
- CONRAD, Robert E., *Timbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 205.
- COSTA, Emília Viottida. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. Edusp & Itatiaia, 1980.
- DEAN, Warren. *Rio Claro, um sistema de grande lavoura: 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DINIZ, Diana M. F. L. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)*. Tese de doutorado, FFCL de Rio Claro. 1973.

- DORATIOTO, F. F. M. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FERRAZ, J. R. *História do Rio Claro (A sua vida, os seus costumes e os seus homens) – 1821 – 1827*. São Paulo: Typographia Hennes Irmãos, 1922.
- FOGEL, R. & ENGERMAN, S. *Time on the cross: The economics of American negro slavery*. NY: Little Brown, 1974. P. 75.
- FONSECA, A. A. “Algumas palavras sobre a fundação de Rio Claro”. In: MOLINA, T. C. de (org.). *Almanak de São João do Rio Claro para 1873*. Campinas: José Maria Lisboa – Typografia da Gazeta de Campinas, 1972; SP: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 1981.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1985.
- GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, p 121-160, 2002.
- HOLLOWAY, T. Condições do Mercado de trabalho e Organização do Trabalho nas Plantações na Economia Cafeeira de São Paulo, 1885-1915. In. *Estudos Econômicos*, IPE – São Paulo. V.2, N. 6, 1972
- LIMA, C. A. M. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LUZ, Nícia Vilela. “A administração provincial de São Paulo em face do movimento abolicionista”, *Revista de Administração*, VIII, 85.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café*. São Paulo: Hucitec, 1939.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis. 1984.
- MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba)*. Tese Livre Docência, FEA-USP/SP, 2010.
- NETTO, A. D. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: ED. Unesp/Facamp 2009.
- NEVES, E. F. *Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista*. *Afro-Ásia*, 2000, 97-128.
- OLIVEIRA, M. C. F. A. de & NETO, J. M. S. *Café ferrovia e população: o processo de urbanização em Rio Claro*. Texto produzido pelo Núcleo de Estudos de População – NEPO-UNICAMP, 1986.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer, Sergio Buarque de Holanda e Thomas Davatz. Art. *Ethnos Brasil*, publicação semestral do NUPE, Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão. Dossiê Sergio Buarque de Holanda. Ano I – n °2, set. 2002.

- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- SIMONSEN, Roberto. Aspectos da História Econômica do café. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1973.
- SLENES, Robert W. “Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?” *Revista Brasileira de História*, v. 5, n. 10, p. 166-196, 1985.
- . “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888”, em Iraci del Nero da Costa (org.), *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, pp. 110-33.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.
- STEIN, Stanley J. *Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- STOLCKE, Verena e HALL, Michael M., A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, ano 6, pp. 80-120, set. 1983.
- VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: imigrantes e caipiras na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec/Instituto Italiano de Cultura, 1991.